

TRANSFEMINISMO E EDUCAÇÃO: EM BUSCA DA GARANTIA DE DIREITOS IGUAIS PARA SUJEITOS DIFERENTES.

Rosyene Conceição Soares Cutrim¹
Orientadora: Sirlene Mota Pinheiro da Silva²

Resumo

O transfeminismo faz parte da terceira onda do feminismo que debate sobre a regulação dos corpos que não se adequam à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, trazendo em seu bojo questionamentos e análises sobre as questões de gênero e identidade de gênero como garantia de direitos para as mulheres trans. Assim, o presente artigo objetiva discutir e analisar aspectos voltados às mulheres trans e sua luta contra diferentes formas de violências, destacando-se, neste caso específico, a “expulsão” do sistema educacional. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, com diálogos sobre o feminismo transgênero, um movimento social de resistência. Inicia destacando alguns conceitos relacionados ao termo, bem como a invisibilização de pessoas que fazem parte de um segmento na sociedade, mas que por não se enquadrarem nos padrões normativos do cisheteropatriarcado, são marginalizadas. Discorreremos sobre interseccionalidade que estrutura o feminismo transgênero e a importância da educação na construção de uma sociedade justa, democrática e cidadã. E por fim, apresentamos nossas (in) conclusões, numa perspectiva da efetivação de uma educação estruturada em uma pedagogia e currículo queer e que seja transgressora, transformadora e responsável pela mudança de pensamentos, posturas e sentimentos preceituosos e discriminatórios machistas, sexistas, misóginos, racista e LGBTIfóbicos.

Palavras-Chaves: Identidade de Gênero, Transexualidade, Feminismos, Transfeminismo, Educação.

INTRODUÇÃO

O grande mote e o grande desafio do século XXI é o reconhecimento da diversidade como norte ao respeito às diferenças para a superação dos preconceitos e discriminações. Entendemos que, ao reconhecermos as diferenças, compreenderemos os diversos marcadores sociais que nos identificam, como: raça/etnia, cor, gênero, classe social, orientação sexual, identidade de gênero, religião, geração, dentre outros. Assim como também, entendemos o espaço escolar como um lugar privilegiado para a promoção deste reconhecimento da diversidade, da pluralidade das identidades com todas suas nuances, e conseqüentemente, um ambiente de estímulo para debates críticos e problematizadores que proporcione a construção de conhecimentos e práticas que visem a plena cidadania.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB/UFMA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE/UFMA), rosyucutrim@gmail.com

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo – USP. Professora do Departamento de Educação I da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE), sirlene.ufma@gmail.com

O interesse pela temática surge com as reuniões, leituras, experiências e estudos que realizamos no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas - GESEPE/UFMA, que tem como objeto de estudos e pesquisas as ações/atividades pedagógicas, no ambiente escolar, voltadas para as temáticas de gênero e sexualidade. Além da experiência da autora como conselheira estadual, representante da SEDUC, do Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania LGBT do Maranhão – CEDHC LGBT/MA, no qual tivemos contatos com os movimentos sociais das/os trans. Com isso surgiu a necessidade de aprofundar os estudos teóricos sobre a transexualidade e todas suas nuances, e aqui mais especificamente, analisar este segmento no ambiente escolar.

O nosso estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, destacando-se que a leitura, análise, interpretação e debates sobre o tema nos instigou à procura de entendimento de um assunto recente, mas que é um movimento que se fortalece na medida que tenta responder às demandas sociais, históricas e políticas das trans femininas.

Iniciamos conceituando, brevemente, sobre temas que nos direcionam ao entendimento sobre o assunto, dos quais se destacam: gênero, identidade de gênero, orientação sexual, interseccionalidade, cisheteropatriarcado, entre outros. Posteriormente, nos deteremos em definir, mais detalhadamente, sobre o transfeminismo e sobre a questão da transexualidade no espaço escolar. E por fim, descrevemos nossas (in) conclusões, baseadas em ajustamento do processo educacional que vise uma pedagogia e currículo queer, assim como a efetivação de uma educação transgressora e transformadora que seja significativa para todos/as.

REVISITANDO ALGUNS CONCEITOS

Para início de conversa, conforme a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais, nos sistemas e instituições de ensino, consideramos como base legal da temática deste artigo, os principais documentos nacionais e tratados internacionais que estão pautados nos direitos humanos³.

³ Ver documento da Resolução nº 12//2015. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/sdh/resolucao_cncd_lgbt_n12_2015_parecer_ref_identidade_de_genero_na_educacao.pdf. Acesso em: 04 jul 2019

Partindo destes pressupostos, conceituamos alguns termos para que possamos avançar sobre o debate do transfeminismo, iniciando com as definições básicas de gênero, sexo e sexualidade.

Sobre o gênero, Scott em seu célebre artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995), publicado originalmente em 1986, conclui que gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças conforme uma maneira de pensar engessada e dual. A autora não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados, no entanto, o que interessa a ela são as formas como se constroem definições culturais para essas diferenças, dando sentido a elas e, conseqüentemente, posicionando-as de acordo com relações hierárquicas.

Heiborn (2010) assinala gênero como o conjunto de fatores socioculturais atribuídos aos corpos, situando a ideia de masculino e feminino, estabelecendo a condição do gênero ancorada nas definições que indicam o que é ser homem ou ser mulher e não na anatomia dos corpos, enquanto o sexo “diz respeito às características físicas e anatômicas dos corpos, isto é, o sexo refere-se às características que distinguem o corpo do homem do corpo da mulher, como os órgãos genitais” (p.14). Já a sexualidade para a autora, está para além das relações sexuais, sendo um termo abstrato, utilizado para se referir às capacidades associadas ao sexo, é um processo que se inicia desde o nascimento e vai até a morte. A vivência da sexualidade constitui a identidade do sujeito e deve ser compreendida em sua totalidade.

Ao nos reportamos ao conceito de gênero, que por si só, é um processo de mudanças sócio históricas, culturais e políticas, nos deparamos com as pesquisas de Judith Butler, que em seu livro “*Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*” (2003), defende a ideia de que não existe apenas uma identidade, no singular, mas identidades, no plural. A autora e teórica elabora⁴ a Teoria *Queer*, termo em inglês que significa, o que é estranho, o diferente, a oposição ao “normal” ou à normalização. A teoria engloba relações entre sexo, gênero e desejo sexual. Entrelaça estas categorias de forma, não normativa, não encaixada, como a sociedade quer predeterminar. Butler (2003), também questiona a dimensão natural da diferença anatômica entre os sexos e problematiza a oposição binária entre sexo e gênero defendido pelos estudos feministas.

A análise desta perspectiva está profundamente relacionada com o pós-estruturalismo e a compreensão de que toda produção da humanidade é resultado de uma visão parcial e segmentada e que é possível a interpretação dos dados existentes a partir de usos dos discursos

⁴ Nome atribuído por Teresa de Lauretis aos estudos de sexualidade realizados por uma perspectiva pós-estruturalista no artigo “Queer Theory: lesbian and gay sexualities” (1991), que ficou reconhecido teoricamente a partir do trabalho de Judith Butler.

que, por sua vez, são profundamente marcados por relações de poder e produzem normas para regular corpos e estabelecer espaços “adequados” de pertencimento e movimento dos mesmos. Ao rever as concepções duais entre sujeito/objeto, ciência/ideologia, fato/interpretação, dentre outros, a análise pela ótica do pós-estruturalismo aborda a noção de identidade, alteridade e diferença considerando a subjetividade na pesquisa científica e relacionando saber e poder na sociedade, inclusive com as tensões de gênero, raça e sexualidade (CARDOZO, 2014). Desta forma, a concepção de sujeitos para além das leituras binárias de seus corpos e da visão, ainda binárias, de suas identificações de gênero são relevantes para a concepção não normativa de sexo, gênero e identidade.

Como o sujeito no pós-estruturalismo é sempre considerado como provisório e circunstancial a teoria queer desenvolve-se num reordenamento em que as identidades podem ser múltiplas e instáveis, fortalecendo desta forma as identidades de gênero e sexuais que serão diferenciadas a seguir. As Identidades de gênero, ainda estão atreladas ao binarismo homem/mulher, pênis/vagina, que enquadram os sujeitos e seus corpos, moldando-os e subjugando-os, conforme discursos e relações de poder, de diferentes momentos sócio históricos. Refere-se a qual gênero (masculino ou feminino) a pessoa se identifica para si e para o mundo, podendo ser cisgênero, quando a pessoa possui a identidade de gênero consoante a genitália ou transgênero, quando a pessoa não possui a identidade de gênero consoante a genitália. (HEILBORN, 2010). Para Berenice Bento (2006), a transexualidade é uma experiência identitária caracterizada pelo conflito com as normas de gênero existentes, que impõe pelos discursos e saberes o modelo de “transexual oficial”, que se molda ao que é determinado. E se ela/e não corresponder ao esperado, sofre discriminação, estigmatização e marginalização.

É importante salientar que, até o dia 20 de maio de 2019, a transexualidade era considerada uma patologia, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – APA) e o Código Internacional de Doença (CID – OMS) da Associação de Psiquiatria Norte-Americana (APA) e da Organização Mundial da Saúde. Mas, depois de décadas de lutas e reivindicações, o movimento LGBT consegue reverter a situação e na nova edição do CID 10, a transexualidade será considerada como “incongruência de gênero”⁵.

Ao falarmos em identidade sexual ou orientação sexual, nos referimos ao sexo ou ao gênero que constitui o objeto de desejo afetivo ou sexual de uma pessoa, podendo ser: heterossexual (desejo afetivo/sexual pelo sexo ou gênero oposto), homossexual - gays e lésbicas

⁵ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>

(desejo afetivo/sexual pelo mesmo sexo ou gênero), bissexual (desejo afetivo/sexual por ambos sexos ou gêneros) ou assexuado que (não sente desejo afetivo/sexual por nenhum dos sexos ou gênero). (HEILBORN, 2010)

Atualmente, com os estudos dos marcadores sociais de diferenças, nos deparamos com um sistema de padronização sócio histórica que entrecruza e sobreposiciona identidades que dão legitimidade para alguns sujeitos e para outros não. Estamos falando da interseccionalidade, termo que surge com os estudos e pesquisas da professora de direito, da Universidade da Califórnia e da Universidade de Colúmbia, Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), que propõe:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pelo qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A interseccionalidade nos remete ao encontro de dois pontos, duas linhas que se cortam ou se cruzam. Crenshaw (2002) apresenta um modelo de experiência interseccional para percepção da mulheres e etnia, em especial ao se tratar da violência e opressão acometida às mesmas e tendo em vista que as experiências diversas que atravessam sua condição social, região, idade, raça/etnia, identidade de gênero, orientação sexual. Um recorte de gênero que não invalida, pelo contrário, privilegia as diversas experiências e condições das mulheres e elabora a construção acadêmica com base nestas premissas de diferenciação.

Neste contexto, conceituamos cisheteropatriarcado que nos reporta a sujeitos enquadrados na normatividade, de uma sociedade que privilegia as pessoas **cis** (gênero conforme genitália biológica), heterossexual (desejo afetivo/sexual pelo sexo/gênero oposto) e inserido num sistema político patriarcal que molda a cultura e dominação masculina, especialmente, contra as mulheres, o patriarcado. O termo patriarcado faz alusão ao pai como o detentor do poder na hierarquia familiar. Assim, às mulheres estariam subordinadas ao poder dos homens.

Com o surgimento da teoria *queer*, entre os anos 1980 e 1990, inicia-se o questionamento da heterossexualidade compulsória e do binarismo de gênero, não somente sendo descritas em termos de sexo ou de gênero, com o predomínio do homem sobre a mulher, ou o masculino sobre o feminino, mas também em termos de sexualidade, questionando-se a heteronormatividade ou o heterossexual acima de outras orientações sexuais e o cisgênero sobre outras identidades.

O heteropatriarcado, entendido como um sistema sociopolítico, no qual a heterossexualidade cisgênera e o gênero masculino têm supremacia sobre os demais gêneros e sobre as outras orientações sexuais. É um termo que enfatiza que a discriminação exercida tanto sobre as mulheres como sobre as pessoas LGBTI têm o mesmo princípio social machista (JESUS, 2012). Assim, Akotirene (2018, p.14) nos informa que:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórica-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobre posição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Enfim, o conceito de interseccionalidade, que ultrapassa as fronteiras das identidades dos indivíduos, vem a colaborar com o surgimento do movimento transfeminista, o qual discorreremos, em um diálogo inicial, a seguir.

VAMOS FALAR SOBRE O TRANSFEMINISMO?

O feminismo pode ser entendido como consciência adquirida sobre a situação de subalterna da mulher na sociedade e a necessidade de se estabelecer iniciativas políticas para modificar esta situação e surge após muitas violações de direitos. As chamadas ondas feministas são momentos históricos, e cada uma delas são traduzidas por pensamentos diferentes. Os primórdios do movimento, entendido ainda como “primeira onda”, inicia-se no final do Século XIX na Europa e no Estados Unidos. E no Brasil, no início do Século XX, tendo como foco o movimento sufragista liderado por Bertha Lutz, quando as mulheres brasileiras tiveram o direito de votar (PINTO, 2003).

A segunda onda do feminismo surge na década de 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na Europa, relacionado a uma efervescência política e cultural que essas regiões viviam na época. No Brasil, esse “novo” movimento feminista teve como principais objetivos a luta contra a ditadura militar e pela redemocratização do país, além da luta específica das transformações de gênero a partir do reconhecimento do que é ser mulher no espaço público e privado (FERREIRA, 1999).

Após a redemocratização no Brasil, em meados de 1990, o movimento feminista brasileiro toma novos rumos, sendo designado de terceira onda, tido ainda como feminismo difuso. Para Gonzaga (2018), nesse período, o movimento feminista se volta para novas direções teóricas e políticas que surgiram no país, estimulados sobretudo pelos novos movimentos sociais, dentre eles o Movimento LGBT, Movimento de Mulheres Negras,

Movimento Transfeminista, em que as chamadas minorias se aproximaram do movimento feminista.

O transfeminismo, ou feminismo transgênero, ou movimento transfeminista é um movimento social recente, que vem ganhando adeptas/os, estudiosos/as, pesquisadores/as e que pertence aos *Novos Feminismos*. Se estrutura no conceito da interseccionalidade, do movimento feminista negro, que abre portas para os debates sobre as pluralidades de identidades construídas em cada indivíduo. Surge, primeiramente, nas vozes de Kate Bornstein e Sandy Stone, que escreveu o ensaio *The Empire Strikes Back*, no qual as autoras direcionam que a próxima escrita, para evolução do manifesto transgênero, será elaborado por pessoas trans, em sua totalidade.

Posteriormente, em 2000, surge o site Transfeminism.org, criado com o objetivo de introduzir o conceito de transfeminismo na academia e promover o projeto transfeminismo de Diana Courvant e Emi Koyama. Incorpora novas vozes, antes invisibilizadas, no interior do movimento feminista, o que traz muitas controvérsias e discussões por parte do feminismo radical. Neste debate, Almeida (2017, p.5) nos esclarece:

[...] Na década de 70, quando os movimentos feministas estavam tomando força, ainda na segunda onda, começou a se debater a presença de mulheres trans nos espaços feministas. Os movimentos feministas separatistas defendiam a ideia de que mulheres trans (mulheres nascidas com pênis, consideradas homens por boa parte de suas vidas) eram, de fato, homens, potenciais estupradores, e que sua presença nos espaços feministas era uma forma de usurpar o lugar das mulheres. Até mesmo os estudos *Queer*, da terceira onda, foram criticados por esses grupos feministas, porque estariam dando aval para que “homens” (Mulheres Trans e Travestis) pudessem roubar o espaço que as mulheres, “nascidas mulheres”, demoraram tanto para conquistar. Mulheres trans foram proibidas de participar de espaços feministas, convidadas a se retirar de eventos, boicotadas de todas as formas possíveis, incluindo casos brasileiros, nos quais palestrantes Trans foram “convidadas a se retirar” de eventos feministas, pois sua presença ali era incômoda e proibida. O principal motivo para sua expulsão é que elas seriam “homens”, “tinham um pênis”, “sua presença era uma violência”.

A autora questiona se as experiências de uma mulher trans seria a mesma de um homem cis. Se elas possuem, realmente, privilégios, em detrimento de sua condição, relacionada aos privilégios dos homens cis. Ao nos depararmos com os números que descrevem a vida de uma trans, destacamos que:

Segundo pesquisa realizada pelo Centro Nacional pela Igualdade dos Transgêneros, em que 17.715 pessoas trans foram entrevistadas, constatou-se que: 14% das/os transexuais foram enviados a um profissional, após revelarem sua identidade de gênero à família, com a intenção de impedi-las/los de passarem pela transição; 10% sofreram violência de algum membro da família; 8% foram expulsos de casa devido à sua identidade de gênero. E a taxa mais alarmante, 40% das/os transexuais já tentaram o suicídio em algum momento de suas vidas. Expulsas de casa, sem escolaridade básica, são relegadas a trabalhos informais, sendo o principal deles a

prostituição. 90% das mulheres trans no Brasil são prostitutas, não por desejo próprio, mas sim porque não têm espaço no mercado de trabalho formal. Vulneráveis a todas as formas de violência possível, segundo a Transgender Europe, **o Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais no mundo.** E tais mortes não são acidentais, derivadas de latrocínios ou afins, são mortes com requintes de crueldade, estupros, empalhamentos, degolações, mutilações dos seus corpos, são uma forma de tentar expurgar aquele ser abjeto da sociedade. Por isso mesmo, a média de vida de uma pessoa transexual é de 36 anos. (ALMEIDA, 2017, p. 7). Grifos da autora.

Portanto, o transfeminismo surge como respostas às demandas das mulheres trans que não eram contempladas pelo movimento feminista. As perspectivas, dores e sofrimentos deste segmento são ignorados e invisibilizados, na intensa pauta das feministas de plantão

A pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus, no livro *Transfeminismo: teoria & práticas* (2014), dispôs sobre as conexões teóricas e práticas entre os estudos gênero, feminismo e transgêneros. Ela entende o transfeminismo, como movimento que debate e critica a estruturação binária de gênero subordinada ao sexo, como constituição biológica (mulher/vagina; homem/pênis), constituindo-se assim, um movimento político e de resistência de pessoas trans (JESUS, 2014).

Assim, como o movimento feminista negro interseccional, as transfeministas abrem um leque para as inúmeras identidades existentes. Resistem e reconstróem suas próprias histórias, suas próprias forças quando se veem em confronto com vivências opressoras que são impostas pela dominação masculina. (JESUS; ALVES, 2010). Surge como crítica ao cissexismo ou disformismo⁶, que foram renegadas pelo feminismo tradicional que defende a falácia do binarismo mulher/vagina e homem/pênis, desconsiderando e desrespeitando a existência das transexuais, que podem ainda sofrer transfobia.

A transfobia tem sido entendida como uma forma de discriminação, violência, ódio e rejeição contra pessoas trans ou contra as pessoas que rompem com as normas de gênero socialmente impostas. Também tem sido conceituada como uma forma de opressão pelas imposições de gênero, tendo como resultado uma maneira da sociedade oprimir as pessoas trans, podendo ser manifestada de diferentes formas: violência física, discurso de ódio, insultos (violência psicológica), exclusão e rejeição. O discurso estereotipado sobre gênero também pode ser entendido como transfobia. Nesse contexto, o que a educação e seus agentes têm feito, ou podem fazer, no sentido de garantir os direitos dessas pessoas?

TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: em busca da garantia de direitos

⁶ Crença na divisão binária dos gêneros, em suposta concordância com os sexos biológicos feminino e masculino. (JESUS; ALVES, 2010, p. 7)



Diversos estudos e pesquisas, das quais se destacam Bento (2006), Louro (2018), Junqueira (2009) dentre outros, apontam a situação desumana e desrespeitosa das pessoas trans na escola. As/Os autoras/es comentam que elas/es enfrentam inúmeros desafios e processos de discriminação e exclusão em sua trajetória escolar, permeada por várias formas de violência física e simbólica (agressões físicas e verbais, discriminação, isolamento, negligência, assédio), perpetradas não só por estudantes, como também por gestores e profissionais de educação, conforme o Parecer nº 01/2015 CNCD/LBGT.

Suas pesquisas também apontam a baixa escolaridade deste segmento, e consequente vulnerabilidade, devido à evasão, que ao nosso ver, se traduz como uma “expulsão” do processo educativo, principalmente por: barreiras no acesso à educação básica e ao ensino superior, por constrangimentos e discriminação. Como aponta o trecho a seguir:

As brincadeiras heterossexistas e homofóbicas (não raras acionadas pelo recurso didático) constituem-se poderosos mecanismos heterorreguladores de objetivação, silenciamento (de conteúdos curriculares, práticas e sujeitos), dominação simbólica, normalização, ajustamento, marginalização e exclusão. Elas fazem com que tal pedagogia do insulto seja acompanhada de tensões de invisibilização e revelação (geralmente involuntárias), próprias experiências do armário. (JUNQUEIRA, 2012, p. 284)

Deste feita a escola se configura como um destes ambientes hostis e violentos, onde uma pretensa homogeneidade, marcam os corpos por caminhos de segregação psicológica e física. Bento (2006) nos diz que as pessoas trans sofrem mais pelo tratamento que recebem da sociedade, do que pela própria condição da transexualidade.

Junqueira (2009), propõe como alternativas na possibilidade de reverter tal situação: formulação de diretrizes consistentes; inclusão das temáticas LGBT nas formações inicial e continuadas dos profissionais de educação; estímulo à pesquisa e a divulgação de conhecimento das temáticas. Assim, é possível dialogar com aquilo que o autor delimita enquanto “currículo em ação” e que se refere a situações múltiplas de aprendizagem vivenciadas dentro e fora da escola, tendo-a como espaço privilegiado, e que em geral são heteronormativas e não problematizadas.

Ainda conforme o Parecer nº 01, de 16 de janeiro de 2015, da Resolução nº12/2015 – CNCD/LBGT, para que seja possível efetivar o direito à educação de pessoas travestis e transexuais, se faz necessário que os sistemas e instituições de ensino: reconheça a identidade de gênero; tenha reformulações nas práticas pedagógicas, na gestão e atuação profissional; promova uma cultura de não violência e reconhecimento dos direitos humanos objetivando uma educação antimachista, antissexista, antiracista e antiLGBTifóbica.



Compactuamos com as ideias da pedagogia e do currículo queer que “estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades” (LOURO, 2018, p. 45), numa perspectiva inclusiva e que subsidie a construção do conhecimento sobre nossa sociedade plural. Assim como também, concordamos com Oliveira; Rodrigues (2018) que defendem uma educação transgressora e transformadora, numa perspectiva de criticidade e prática social efetiva, baseadas nos escritos de bell hooks em seu livro *Ensinando a Transgredir* (HOOKS, 2013), que por sua vez, se estrutura nas ideias de Paulo Freire, defendendo assim, uma educação transgressora como prática de liberdade e que demonstra a educação como prática social que visa o rompimento com o ensino tradicional, permitindo mudanças e reflexões críticas no processo de ensino-aprendizagem. Uma educação da/e para a vida, que vincule teoria à prática e que seja significativa, tendo sentido real para os/as alunos/as.

NOSSAS (IN) CONCLUSÕES

As instituições escolares tendem a policiar as expressões e identidades de gênero dos/as alunos/as, por meio de posturas e atitudes de profissionais da escola, pais e mães e mesmo por outras crianças e jovens. Quando eles/as rompem com o padrão de comportamento ou expressão de gênero cisheteronormativos, tendem a ser discriminados/as e violentados/as. Neste contexto, o sistema educativo serve como vigilante da norma de sexo/gênero, tentando moldar os corpos e identidades discordantes e/ou as construções de gêneros plurais.

Durante este estudo, ainda em fase inicial, constatou-se que o transfeminismo está em busca de reconhecimento e que também, a educação necessita se reorganizar diante das novas descobertas nas teorias de gênero e sexualidade. Como ressalta Louro (2018), a escola, os currículos, educadoras/es não podem mais se esquivar da responsabilidade de conhecer os “novos sujeitos” ou ignorar “novas práticas” educativas. Por meio de uma pedagogia e um currículo queer, por exemplo, poderiam voltar-se para um trato pedagógico diferenciado e inclusivo, ou seja, o reconhecimento identitário de grupos não inseridos nos padrões cisheteronormativos leva a uma pedagogia e a um currículo queer na medida que problematiza a visão de uma identidade fixa e única e direciona o olhar para a diversidade e diferença sugerindo o questionamento, a desnaturalização e a incerteza como estratégias férteis e criativas.

Também nos apoiamos numa educação transgressora e transformadora, que segundo hooks (2013), nos conduziria a promoção de mudanças de mentalidade e atitudes. A liberdade de pensamento que surge da reflexão crítica e anti-autoritária e que desencadeia reações

adversas do sistema político vigente, tende a uma prática educativa humanista, respeitosa e de rompimento com os padrões normatizadores.

Dessas reflexões nasce uma pedagogia crítica capaz de fazer insurgir o pensamento por meio do exercício da própria liberdade. Do lugar de possibilidades, das salas de aula, sugerimos um pensamento que possa teorizar por meio de uma produção de conhecimento coletiva e horizontalmente e não vertical e isoladamente, que possa abrir os caminhos para novas epistemologias a respeito da produção de narrativas acerca das vivências não previstas pelas normatizações, incorporadas pelas próprias instituições de ensino formais e pela sociedade.

Concordamos com Louro (2018, p. 67) quando afirma [...] tudo isso pode levar a apostar que uma teoria e uma política voltadas, inicialmente, para a multiplicidade da sexualidade, dos gêneros e dos corpos possam contribuir para transformar a educação num processo mais prazeroso, mais efetivo e mais intenso”.

Nossas (in) conclusões nos levam a um olhar mais apurado, sensibilizado, humanizado, empático e responsável em relação às mulheres trans. Que sejamos plurais!

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte. Letramento: Justificando, 2018.

ALMEIDA, Flávia. **Transfeminismo: a pauta que nos ensina ir além do binarismo homem e mulher.** 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com>. Acesso em 4 jun. 2019.

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT. **Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015.** Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. 2015. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/crh/gsdrrh/supervisao-escolar/a4-resolucaon12de16dejaneirode2015.pdf> Acesso em: 08 jul 2019

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOZO, Guilherme Lima. O Pós-estruturalismo e suas influências nas práticas educacionais: a pesquisa, o currículo e a desconstrução. In: **Pensares em Revista**, Rio de Janeiro, n.4, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171- 188, 2002.

FERREIRA, Mary (org). Mulher, Gênero e Políticas Públicas. In: **Movimento Feminista e Políticas Públicas**. São Luís: REDOR, 1999.

GONZAGA, Juliane de Araújo. **Novo feminismo**: acontecimento e insurreição de saberes nas mídias digitais. (Tese Doutorado), UNESP, 2018.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚO, Leila; BARRETO, Andreia. (orgs.). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça / GPP-GeR**. Módulo 2. Políticas Públicas de Gênero. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transexuais. **Cronos - Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências da UFRN**. Dossiês. N.14, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de, (org.). **Transfeminismo**: teorias & práticas. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2012.

JUNQUEIRA, Rogerio. Homofobia nas escolas, um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogerio (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) e Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2009, p. 13-51.

_____. Pedagogia do Armário e Currículo em Ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MISKOLCI; PELÚCIO (orgs.) **Discursos fora da ordem**: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo, Annablume, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

OLIVEIRA Fabio A. G.; RODRIGUES, Liliana. **Por uma educação TRANSgressora e TRANSfeminista**: possíveis enfrentamentos à produção das ausências através da disciplinarização e subjetivação, 2018. Disponível em:
<http://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/4553> Acesso em: 8 jul 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. v. 20, jul. dez. 1995.